PLÁGIO EM PESQUISAS ACADÊMICAS

Um desafio ético para a integridade científica

Fátima K. Alcantara de Oliveira

Larissa Agra Maceo

Curso de Engenharia

Centro Universitário FEI

Palavras-chave: Plágio, inteligência artificial, pesquisa científica

A análise dos princípios morais que fundamentam as pesquisas científicas é um tema de extrema importância para a sociedade atual. Segundo Pithan (2013), a ética pode ser definida como um conjunto de valores que norteiam a conduta dos indivíduos em suas relações com a sociedade. Além disso, no direcionamento acadêmico essa definição vai em busca da verdade e da credibilidade do conhecimento, promovendo assim o respeito aos direitos de todos os envolvidos nas pesquisas.

Nesse contexto, o plágio é caracterizado pela apropriação incorreta de ideias, textos ou dados de outros autores sem a devida atribuição de autoria, como uma cópia literal e frases sem citações. De acordo com Booth et al (2005) e Pithan (2013), no instante em que uma colaboração é realizada no campo acadêmico, são definidos princípios éticos e também escolhas que violam ou respeitam a sociedade. Esses fatores estão diretamente ligados com os autores de trabalhos científicos.

Toda a pesquisa deve oferecer um “convite à ética” para o pesquisador, e é por isso que se deve ter tanta preocupação com a integridade do trabalho científico, condenando a prática do plágio, visto que, quem comete um plágio intencional, não furta apenas palavras, e sim algo muito mais valioso no consciente coletivo da sociedade que é a confiança na produção científica (BOOTH et al, 2005).

Diante disso, de acordo com a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, chamada Lei de Direitos Autorais (LDA), estão assegurados os direitos dos autores e as delimitações do que é apropriado legalmente ou não para a produção, reprodução ou complementação de trabalhos (BRASIL, 1998).

Considerando que vários autores estudam o mau uso de fontes em trabalhos acadêmicos e apontam fatores que causam esse fenômeno, segundo Wood (*apud* BARBASTEFANO; SOUZA, 2007) destaca-se como uma causa a falta de análise crítica e validação dos trabalhos pelos próprios alunos. Gibelman et al (*apud* BARBASTEFANO; SOUZA, 2007) aludem à facilidade de acesso a dados por meio da internet, como informações falsas e venda de trabalhos acadêmicos. Austin e Brown (*apud* BARBASTEFANO; SOUZA, 2007), apontam o desconhecimento das regulamentações. Stebelman (*apud* BARBASTEFANO; SOUZA, 2007) ressalta as oportunidades de acesso a programas de modificação de texto e traduções.

De acordo com Krokosz (2021), o tema “plágio acadêmico” começou a ser uma questão preocupante e comentada no Brasil somente a partir de 2011, após a recomendação da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Ainda de acordo com o autor, um a cada dois alunos conhecem alguém que já plagiou algo; já do ponto de vista dos professores, eles creem que nove em cada 10 alunos fazem plágio. Entre pesquisadores, esses números são um pouco diferentes: a cada 10 publicações científicas, pelo menos 4 possuem plágio.

Além disso, quando se fala deste tema, é necessário ter a ciência de que existe o plágio intencional e o plágio acidental. O intencional é quando o indivíduo copia deliberadamente o trabalho de alguém sem dar os créditos para quem o escreveu, com a intenção de se passar como o criador daquele trecho, texto e/ou citação. Já no acidental, a pessoa não possui a intenção de se passar pelo criador do trecho e isto geralmente ocorre quando não se tem o conhecimento necessário sobre normas ou por falta de atenção de quem está escrevendo. Ambos os tipos de plágio podem ter consequências jurídicas severas (ASSIS et al., 2023).

Adicionalmente, dentro das diversas categorias de plágio, existem o plágio consentido, o plágio de fontes, o autoplágio, o indireto e o direto. O consentido acontece quando o autor autoriza outras pessoas a utilizarem de sua obra, assumindo a autoridade para si, através de alguma recompensa financeira. O de fontes ocorre quando referências são citadas no texto sem que o autor tenha lido os textos/artigos os quais ele referenciou. O autoplágio se caracteriza pelo autor que copia seu próprio texto, sabendo que havia sido publicado anteriormente. O plágio direto acontece quando todo o conteúdo é copiado e não há menção a referência de pesquisa. Por fim, o indireto se verifica quando há utilização dos recursos intelectuais de

alguma obra, que é reescrita sem dar os devidos créditos a fonte (ASSIS et al., 2023).

Evidentemente, com os avanços tecnológicos, criou-se o espaço para um novo tipo de discussão: até que ponto o uso de Inteligência Artificial pode ser considerado plágio? Pesquisas indicam que o plágio acadêmico tem crescido constantemente, em grande parte devido ao desenvolvimento tecnológico e à facilidade de acesso a informações, especialmente em sites, como apontam Clarke e Lancaster (*apud* ASSIS et al., 2023).

Em síntese, hoje em dia existe o acesso liberado à internet e a todo tipo de conhecimento e tudo isso abre margem para que pessoas utilizem de IA, como Chat GPT ou Meta AI, para realizarem pesquisas e muitas das vezes elas não buscam e não incluem as referências de onde essas informações foram retiradas, mesmo sabendo que as inteligências artificiais utilizam de conteúdos já existentes para formularem suas respostas e fornecem as fontes quando solicitadas. Este tipo de plágio recebeu o nome de Ciberplágio (ANHESINI, 2024).

Mediante a um estudo conduzido pela empresa Tyton Partners, foi descoberto que metade dos alunos entrevistados fazem uso regular de IAs para realização de trabalhos acadêmicos e cerca de 75% desses alunos afirmaram que não parariam de fazer uso deste tipo de ferramenta, mesmo que houvesse proibição por parte do corpo docente da instituição em que estudam. O plágio acadêmico já existia muito antes dessas tecnologias, porém se acentuou após seu surgimento (ANHESINI, 2024).

Mesmo existindo a inteligência artificial dentro do mundo acadêmico, ainda não há legislação para esses casos em específico. Krokosz argumenta que um texto gerado por máquina, do ponto de vista autoral, não possui dono, pois em tese, o dono seria a máquina.

A Lei se aplica às pessoas. Se hoje, eu acesso a máquina e peço para ela gerar um texto sobre os impactos da inteligência artificial e a ocorrência de plágio, ela gera esse texto para mim. Eu posso pegar esse texto, e, do ponto de vista da originalidade, eu sou a primeira pessoa a ter construído aquele texto (KROKOSZ, 2011).

Diante disso, de acordo com o Projeto de Lei (PL) nº21/2020, são estabelecidos fundamentos, princípios e diretrizes para o desenvolvimento e aplicação de IAs no Brasil. O objetivo é a regulamentação das inteligências artificiais no país, promovendo segurança transparência e respeito aos direitos humanos, além de definir diretrizes para o desenvolvimento ético e seguro dessa tecnologia.

Atualmente, com a ausência de uma legislação que limite o uso de IAs na comunidade acadêmica, o órgão responsável por fornecer orientação sobre a conduta mais ética a ser tomada quanto a essa questão é a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) (ANHESINI,2024). Hoje já existem alguns sites e softwares que são capazes de detectar a porcentagem do uso de inteligência artificial na escrita de artigos, textos, projetos, pesquisas e derivados. Algumas das ferramentas atuais são: *CopySpider*, *Farejador de plágio*, *Grammarly*, *Plagiarisma*, *Plagium*, entre outros (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, s/d).

Portanto, medidas são necessárias para resolver esse impasse. Mostra-se a urgência da necessidade de disseminar o que é plágio, suas categorias, suas consequências e como evitá-lo, especialmente dentro da comunidade acadêmica (escolas e universidades principalmente), através de aulas e ferramentas que orientem os discentes nas questões que dizem respeito a como evitar o plágio. Faz-se necessário também que haja a abertura na discussão do uso de máquinas e a punição para o uso desse tipo de ferramenta para a realização de plágio, seja ele intencional ou não.

Referências:

ANHESINI, Victória. Inteligência artificial, plágio e educação: os desafios do mundo acadêmico na era digital: Com ferramentas extremamente avançadas, fica cada vez mais difícil identificar o que foi gerado pelas máquinas. **Terra**, 23 abr 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/byte/inteligencia-artificial-plagio-e-educacao-os-desafios-do-mundo-academico-na-era-digital,3e546978527d5d667fb2oda6do66focg5n7o4hu.html>. Acesso em: 25 de out. 2024.

ASSIS, Andreza Cristina Silva et al. O Plágio Acadêmico: um estudo descritivo. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 3, p. 798-810, 2023.

BARBASTEFANO, Rafael Garcia; DE SOUZA, Cristina Gomes. Percepção do conceito de plágio acadêmico entre alunos de engenharia de produção e ações para sua redução. **Revista Produção Online**, v. 7, n. 3, p. 115-136, 2007.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, J.M. Tradução: Henrique A. Rego Monteiro. **A arte da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005

BRASIL. **Projeto de Lei nº 21**, 2020 Estabelece princípios, direitos e deveres para o uso de inteligência artificial no Brasil, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2236340>. Acesso em: 19 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.610**, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 19 out. 2024.

KROKOSCZ, M. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p. 745-768, set. 2011.

PITHAN, Livia Haygert. "Ética e integridade na pesquisa: o plágio nas publicações científicas." **Revista AMRIGS** (2013).

PITHAN, Livia Haygert; VIDAL, Tatiane Regina Amando. O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico. **Direito & Justiça**, v. 39, n. 1, p. 96-113, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. **Softwares para detecção de similaridade e de plágio**, s/d. Disponível em:
<https://biblioteca.furg.br/pt/ferramentas/software-para-deteccao-de-similaridade-e-de-plagio>.